



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

ISAAC CIRILO DE SOUZA

A GRAMÁTICA NO ENSINO BÁSICO E NA UNIVERSIDADE: UM BREVE ESTUDO
SOBRE AS DIFERENTES ABORDAGENS

GUARABIRA,
2013

ISAAC CIRILO DE SOUZA

A GRAMÁTICA NO ENSINO BÁSICO E NA UNIVERSIDADE: UM BREVE ESTUDO
SOBRE AS DIFERENTES ABORDAGENS

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba como requisito parcial para
obtenção do grau de licenciado em
Letras – Português.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima de Souza Aquino

GUARABIRA,
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

S478g Souza, Isaac Cirilo de

A gramática no ensino básico e na universidade: um breve estudo sobre as diferentes abordagens / Isaac Cirilo de Souza – Guarabira: UEPB, 2013.

15 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof^a. Dr^a. Maria De Fátima Aquino de Souza.

1. Língua Portuguesa - Ensino 2. Gramática – Ensino Superior 3. Gramática – Ensino Médiol. Título.

22.ed. CDD 410

ISAAC CIRILO DE SOUZA

A GRAMÁTICA NO ENSINO BÁSICO E NA UNIVERSIDADE: UM BREVE ESTUDO
SOBRE AS DIFERENTES ABORDAGENS

Aprovado em: 29 / 08 / 2013

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Maria de Fátima Aquino de Souza
(Orientadora)



Prof.ª. Dra. Liana Ferreira de Melo Martins
(UEPB – Guarabira)



Prof.ª. Ms. Liana Francisleyde Pessoa de Faria
(UEPB – Guarabira)

GUARABIRA,
2013

A GRAMÁTICA NO ENSINO BÁSICO E NA UNIVERSIDADE: UM BREVE ESTUDO SOBRE AS DIFERENTES ABORDAGENS

Isaac Cirilo de Souza¹

isaacppc@hotmail.com

Orientadora: Maria de Fátima de Souza Aquino²

fatimaaquinouepb@hotmail.com

Resumo

Neste artigo faremos uma reflexão sobre o estudo de língua portuguesa, com enfoque para a abordagem da gramática e sua compreensão no ensino básico (fundamental e médio) e na universidade (ensino superior). Nossa pesquisa está voltada para a análise das aulas de português na educação básica e no ensino superior para, assim, comparar as estratégias metodológicas de ensino usadas pelos professores de português da EEEFM Antonieta Correa de Menezes, no município de Pilões – PB e pelos professores do ensino superior, a partir da nossa experiência como discente do curso de Letras - Português na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A metodologia privilegiou a entrevista semiestruturada, com aplicação de questionário, conversa com professores de português da escola citada, observação de aulas e pesquisa bibliográfica. Destaca-se como objetivo da pesquisa a análise da realidade dos professores no dia a dia escolar em contraponto com as teorias abordadas no curso de Licenciatura em Língua Portuguesa, na perspectiva de descrever quais os avanços e desafios relativos ao ensino de gramática contextualizada e apresentar um panorama de como vem sendo desenvolvido esse processo nas escolas e na faculdade, percebendo, com isto, o atual estado de dominação do ensino de gramática descontextualizada presente na escola em comparação com a universidade. Para fundamentar nossas concepções recorreremos a autores como Antunes (2003; 2007), Neves (2008), Travaglia (1997), Laranjeira (2000).

Palavras-chave: Ensino. Língua Portuguesa. Gramática.

Abstract

In this article we will reflect on the study of the Portuguese language, with a focus on the approach your understanding of grammar and basic education (primary and secondary) and university (higher education). Our research is focused on the analysis of Portuguese classes in basic education and higher education to thus compare the methodological strategies used by teachers teaching of the Portuguese EEEFM Antonieta Correa de Menezes, in the municipality of Pilões – PB and teachers in higher education, based on our experience as student of Bachelor's - Portuguese State University of Paraíba (UEPB). The method chosen was semi-structured interviews with questionnaires, talk with teachers cited Portuguese school, classroom observation and literature. Stands out as a goal of the research analysis of the reality of teachers on the school day as opposed to the theories covered in the Bachelor's Degree in Portuguese, in the perspective of describing what advances and challenges related to teaching grammar in context and present a overview of how being developed this process in schools and college, in order to describe the current state of domination grammar teaching decontextualized this school compared to the University. To substantiate our ideas we turn to authors like Antunes (2003; 2007), Neves (2008), Travaglia (1997), Laranjeira (2000).

¹ Graduando do Curso de Letras – Habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba, Professora da UEPB

Keywords: Teaching. Portuguese. Grammar.

1. Introdução

A pesquisa que apresentaremos neste trabalho tem como objeto de estudo a abordagem da gramática no ensino básico e na universidade. O interesse por esse tema surgiu a partir do impacto sofrido como discente de língua portuguesa ao chegar à universidade, quando nos parece que é dispensável tudo o que aprendemos sobre a gramática da língua até então, gerando, assim, angústia e inquietação em relação aos métodos de abordagens dos fatores linguísticos repassados durante o ensino básico.

Esta pesquisa nos apresenta a oportunidade refletir sobre a maneira como vem sendo tratado o ensino de Língua Portuguesa em algumas escolas públicas de tal forma que possa ficar claro o atual estado de dominação do ensino de Gramática Normativa nas aulas de Português, mesmo com toda a preocupação dos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) em inserir, com maior vigor, o ensino contextualizado dos elementos gramaticais nos cursos básicos. Podemos perceber claramente este aspecto quando se propõe para o ensino de Língua Portuguesa o seguinte:

Não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano. Uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la. (BRASIL, 1998, p. 28)

Fica nítida a questão fundamental que envolve o ensino de língua portuguesa, que gira em torno do ensino restrito de fórmulas e conceitos gramaticais predefinidos e engessados, tidos como o principal norte metodológico e conceitual (assim considerado por alguns professores – e por que não dizer a maioria).

Pretendemos refletir, ainda, sobre a resistência que existe por parte de alguns professores e alunos no tocante ao ensino de literatura e produção textual, o que pode ter grande influência na dificuldade de leitura e produção textual. Com esta pesquisa não há a intenção de dizer que o ensino de gramática não é importante, pelo contrário, pretendemos demonstrar que é necessário estudar regras gramaticais sim, mas que estas precisam estar acompanhadas, melhor dizendo, norteadas pelo estudo da literatura e da produção textual, ou seja, mostrar como se faz a partir de textos e da prática de linguagem do educando.

Como objetivos, destacaremos a análise da realidade dos professores no dia-a-dia escolar, em contraponto com as teorias abordadas no curso de Licenciatura em Língua Portuguesa; ainda a identificação dos avanços e desafios da educação relativos ao ensino de gramática contextualizada; bem como conhecer como vem sendo feito esse processo nas escolas e na faculdade.

Na pesquisa bibliográfica, recorreremos a escritores como Irandé Antunes (2003; 2010), Luiz Carlos Travaglia (1997), Maria Helena Neves (2008) e Inês Laranjeira (2000), entre outros. Recorreremos ainda a instrumentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa para fundamentar o que estamos propondo como análise destas metodologias.

As considerações que apresentamos sobre as metodologias de ensino de língua portuguesa nas modalidades básico (fundamental e médio) e superior são frutos de uma pesquisa documental, bem como entrevistas a professores e observações de aulas da disciplina de Língua Portuguesa em escolas de ensino básico, na cidade de Pilões e na universidade, no Curso de Letras do Centro de Humanidades da UEPB, Campus III – Guarabira.

Começaremos nossos estudos a partir da compreensão das diversas gramáticas existentes e suas contribuições para a formação do conhecimento léxico e sintático do falante nativo de Português para, assim, entender a influência que estas exercem sobre as práticas de ensino.

A estrutura do nosso trabalho traz reflexões sobre dos seguintes pontos: **1. Introdução;** **2. A gramática e suas finalidades**, no qual tecemos considerações acerca das diversas finalidades de utilização da gramática, além dos mais variados tipos de gramáticas existentes; **3. O ensino de gramática e suas contribuições para o desenvolvimento da linguagem**, fazendo referência às contribuições e influências que a abordagem gramatical exerce sobre a aquisição e domínio da linguagem; **3.1 O distanciamento entre a gramática da língua escrita e da língua falada**, com a intenção de avaliar, ou mesmo demonstrar a distância que ainda existe entre as modalidades oral e escrita da língua; **3.2. A abordagem da gramática: ensino básico x universidade**, procurando demonstrar a lacuna que ainda existe entre a abordagem da gramática no ensino básico e na universidade; e o tópico **4. Reflexões sobre a aula de língua portuguesa**, onde apresentamos considerações e análises em torno da aula de português no ensino básico e na universidade. Por fim, as considerações finais e as referências.

2. A gramática e suas finalidades

Nas escolas de ensino básico o que se percebe com relação à aula de Português é uma supervalorização da gramática fazendo com que essa aula seja voltada para o “aprendizado” de regras estritamente normativas de uso de palavras e termos (elementos) gramaticalmente corretos, porque esta visão é envolvida pelo mito de que quem domina a modalidade da língua ditada pela Gramática Normativa e valorizada pela sociedade tem a oportunidade de ascender com maior facilidade. Com isso o docente de língua portuguesa acaba por deixar as demais concepções de linguagem um pouco de lado e repassa ao aluno apenas um modelo tido como padrão aceitável. Assim, passam a existir dois tipos de linguagem dentro da sociedade: um que é valorizado e outro estigmatizado. O que acaba por gerar o chamado “preconceito linguístico³”.

Antunes (2003, p. 85) afirma que “não existe língua sem gramática”. Esta afirmação nos reporta aos conceitos existentes em torno da gramática normativa, a qual é compreendida sempre como um “conjunto de regras que especificam o funcionamento de uma língua” (idem). Assim descrita porque cumpre a finalidade de impor ao falante da língua regras e normas para que esse alcance um padrão linguístico privilegiado e dominado por poucos. Desde muito tempo, essa gramática vem sendo tomada como determinante de um padrão linguístico aceito pela comunidade.

A supervalorização do ensino de gramática está, desde muito tempo, impregnada na sociedade. Fato que se concretiza quando presenciamos um discurso entre uma pessoa alfabetizada e outra de pouca instrução escolar. A tendência que se observa é a correção do discurso. Essa correção se torna objeto de busca constante dentro da Gramática Normativa.

É fato que esse contato com a norma culta da língua por parte dos estudantes é imprescindível à sua ascensão social, mas deve-se levar em conta, também, a modalidade de linguagem utilizada pelo falante no seu dia a dia. Modalidade esta que viabiliza o contato e o relacionamento com o grupo e o contexto social no qual os falantes nativos da língua estão inseridos.

Em um primeiro contato com o ensino de língua portuguesa na universidade, especialmente no curso de Letras, dá-se a impressão de que todo esse aprendizado de

³ Para maiores informações ver: BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que, como se faz* – 50ª ed. – São Paulo: Loyola, 2008

gramática normativa pelo qual passamos durante o ensino fundamental e médio, agora, seria (praticamente) em vão.

A Gramática Normativa deixa uma lacuna com relação às regras por ela sugeridas e a maneira de abordagem da linguagem utilizada pelo falante nativo. Enquanto a gramática se preocupa em definir uma forma única de uso da língua, principalmente que se aplique à escrita, o mesmo não acontece com a questão da oralidade, em cuja realização se observa um desapego às regras estabelecidas, de tal forma que, em uma análise superficial, teríamos, até certo ponto, uma insuficiência na execução (perfeita) apontada por um manual de regras de linguagem.

Fazendo uma reflexão sobre o que é ensinado nas escolas, Neves (2008, p. 42) retrata que “nas escolas já não é bem vista a preocupação com a prescrição sobre a linguagem, e, se a Gramática é obrigada – mesmo a chamada tradicional – ela simplesmente se exercita na transcrição de paradigmas como esquema”.

O que fica evidente, mais uma vez, é que a gramática normativa está muito ligada à questão da escrita. O que expressa, com mais precisão ainda, que essa visão de língua pregada pela Gramática Normativa precisa ser desconstruída e ser construído outro conceito mais voltado para o entendimento do meio social no qual os falantes estão inseridos. No entanto, isso não restringe o estudo da norma culta.

3. O ensino de gramática e suas contribuições para o desenvolvimento da linguagem

Entender as condições sociais que precedem a aquisição da linguagem é um fator determinante para entender a manifestação linguística dos falantes, pois estes estão expostos a condições que contribuem, em grande parte, para o desenvolvimento de uma modalidade linguística que pode, ou não, está de acordo com os padrões de linguagens valorizados socialmente.

Cabe especialmente aos professores de língua portuguesa a tarefa de aproximar os ensinamentos abordados na escola com a realização linguística dos falantes nativos. Segundo Laranjeira (2000, p. 32)

A prática pedagógica pode mover-se dentro de um arco que estabelece, desde a redução e amoldamento da cognição, quando se busca previamente a mera reprodução de dados e conceitos, até a efetiva construção do conhecimento, quando se opta pelo desafio à descoberta, pelo aventar de hipóteses, enfim, pela assimilação ativa.

O que fica cada vez mais evidente é que não se pode reduzir a aula de língua portuguesa apenas a decoreba de normas estabelecidas pela gramática normativa que não conseguem aproximar a forma escrita da manifestação linguística cotidiano dos falantes nativos. Faz-se necessário uma urgente mudança nas estratégias metodológicas usadas pelos docentes de português no ensino básico e, ainda, que sejam melhor trabalhadas e apontadas metodologias e condições de abordagens para que, ao chegar na sala de aula, o professor não se apegue aos extremos negando uma das possibilidades de realização linguística, uma vez que na modalidade oral temos duas formas que se encontram e se completam – a culta e coloquial.

Durante muito tempo já vem sendo apontada a necessidade de uma mudança na maneira e no fazer pedagógico em relação ao ensino de língua portuguesa, que não corresponde, em grande parte, às expectativas do alunado, principalmente do ensino básico, que busca na escola, e em especial nas aulas de língua portuguesa, uma contribuição significativa para melhoria das suas relações sociais sem que esta esteja tão distante da realidade ao qual estão expostos todos os dias. Ou seja, faz-se necessário levar para dentro da sala de aula o que os alunos encontram para além dos limites da comunidade escolar.

Ao propormos uma análise sobre a questão da gramática em sala de aula, é necessário antes entendermos os tipos de gramáticas que existem e suas funcionalidades. Assim, podemos, de maneira evidente, desconstruir o conceito de “certo” e “errado” impostos aos falantes relativos à maneira de abordagem da língua.

Antunes (2007, p. 25) afirma que

Na verdade, quando se fala em *gramática*, pode-se estar falando:

- a) das regras que definem o funcionamento de determinada língua (...); nessa acepção, a gramática corresponde ao saber intuitivo que todo falante tem de sua própria língua, a qual tem sido chamada de “gramática internalizada”;
- b) das regras que definem o funcionamento de determinada norma.

Ao observarmos a maneira de abordagem do ensino de língua portuguesa nas escolas e na universidade, fica nítido o distanciamento que ainda se percebe entre os dois fazeres que, mesmo um dependendo do outro, ainda persiste em uma grande dicotomia.

Antunes (2003, p. 19) nos encaminha a uma compreensão voltada para este lapso, afirmando que: “o ensino fundamental, revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas”, desvendando para nós os grilhões do ensino preocupado apenas com a

memorização em prol da aplicação de uma prova que vai medir, em números, a aprendizagem dos alunos.

Um dos grandes desafios posto aos professores de língua portuguesa é se desapegar do livro didático. Antunes (2003, p. 124) diz que:

O livro didático e a sobrecarga de trabalho em sala de aula deixaram o professor sem oportunidade de *criar* seu curso. Nada tinha que ser inventado. Tudo estava lá. O que se pretende agora é diferente. Mesmo com o livro didático (...), se pretende um professor que lê (tudo!), que pesquisa, que observa *a língua acontecendo, no passado e agora*, em seu país, em sua região, em sua cidade, em sua escola, e que sabe criar suas oportunidades de analisar e de estudar os *fatos linguísticos* que pesquisou.

Não se justifica, hoje, dizer que o professor está, obrigatoriamente, atrelado ao livro didático. Este discurso não condiz mais com a realidade, pois se dá ao professor liberdade para criar e recriar a sua aula levando em consideração a realidade da sua clientela. E, com relação a esse desapego que está sugerido pelo livro, Antunes (2003, p. 23-24) sugere o seguinte:

Pelo menos, para os professores, já não tem sentido transferir para as Secretarias de Educação, para o vestibular ou para todos os livros didáticos, a responsabilidade de ter de “rezar” o velho rosário das classes de palavras, conta a conta, uma a uma. A salvação parece vir de outros meios. Ou seja, os santos começam a ter outra cara.

Apesar de todas as críticas feitas às metodologias de ensino de língua portuguesa, há profissionais da educação que estão preocupados com a excelência da aprendizagem de todos os envolvidos no processo educativo, pois acreditam que a construção e os efeitos da aprendizagem perpassam os limites estruturais da comunidade escolar e invadem a vida de todos aqueles envolvidos no processo educativo.

Trazemos, neste contexto, a discussão sobre o livro didático para demonstrar que, em alguns casos, o professor está tão atrelado ao livro didático que não consegue ir além, valorizar os elementos que estão intrínsecos à realidade do aluno.

Duas questões merecem destaque com relação ao ensino de Gramática Normativa observadas dentro do curso de Letras e das escolas de ensino básico, são elas: **O distanciamento entre a gramática língua escrita e da língua falada; e A abordagem da gramática: ensino básico x universidade.**

3.1 O distanciamento entre a gramática da língua escrita e da língua falada

A Gramática Normativa tem como principal função impor uma forma “padrão”, aceita como absoluta, em relação às demais formas de uso da língua.

O que se observa com relação a essa questão é que não há uma aproximação significativa entre a forma escrita e a forma falada da língua, uma vez que esta envolve muitas variações dialetais. É daí que surge uma maneira prestigiada e outra estigmatizada. Vemos isso evidentemente na variação dialetal entre as diversas regiões brasileiras.

Essa variação dialetal, em alguns casos, não é respeitada por parte da escola para deixar evidente aos educandos a necessidade de respeitar as diferentes formas de uso da língua sem negar aos alunos o acesso à forma culta, pois, como já citamos antes, o domínio dessa forma, tido como padrão, se configura como uma das importantes maneiras de aquisição de prestígio e ascensão social.

Todas as regras gramaticais estão muito voltadas para a escrita, uma vez que esta é elaborada, não sofrendo tanta influência do meio externo, assim como sofre a modalidade falada. As regras impostas pela Gramática Normativa são palpáveis quando observamos um texto produzido por alguém, mas pouco respeitadas quando presenciamos uma conversa, sem nenhuma preocupação, entre um grupo de amigos.

É então que surge a grande discrepância existente entre as modalidades escrita e falada da língua com relação ao que estabelece a Gramática Normativa.

Sobre esse aspecto Neves (2008, p. 17) observa o seguinte:

Cabe especialmente aos docentes da graduação em Letras, que são os formadores de professores em língua materna, preparar as bases de um tratamento escolar cientificamente embasado – e operacionalizável – da gramática do português para falantes nativos; o que representaria aquele passo tão reclamado entre o conhecimento das teorias linguistas e a sua aplicação na prática.

Aqui trazemos a questão da formação de professores de língua materna que tem um papel fundamental na redução da distância entre a teoria linguística e a prática em sala de aula, ou seja, na aplicação de conteúdos que tragam consigo a valorização da oralidade dos educandos, mas contextualizando com os conhecimentos mais aguçados da gramática, provocando essa compreensão de ambas as modalidades e desconstruindo, agora, o conceito de erro ou correção da modalidade oral, mas, de modo algum, negando o contato com as formas cultas de manifestação linguística.

3.2. A abordagem da gramática: ensino básico x universidade.

Durante toda a nossa vivência como aluno de ensino fundamental e médio temos a gramática como item de conhecimento máximo da língua. Em contato com o ensino superior, se nos apresentam outras compreensões de língua que trazem consigo outros conceitos que tratam da questão de, na escola, também se ensinar levando em conta as questões da oralidade.

Novamente recorremos a (NEVES, 2008, p.113), que nos diz o seguinte:

Tradicional e historicamente, e a rigor, a Gramática que a escola “oferece” a seus alunos é a que está no bloco intermediário desse elenco que considera os aspectos do falar: é a gramática de uma língua particular, no nosso caso, a Gramática do português. O que ocorre, entretanto, é que se considera cumprida a missão de oferecer aos alunos a Gramática da língua portuguesa como simples oferecer de parâmetros tradicionais instituídos: esquemas de classes e subclasses, ou elencos de funções dentro da estrutura oracional, nem sempre avaliadas as relação entre as classes e as funções, relações, que, reconhecida e comparadamente, não são biunívocas.

A Gramática Normativa é a forma desejada de abordagem linguística, de acordo com a visão repassada pela escola. Porém, como se percebe claramente, há uma grande diferença na maneira como ela é abordada no ensino básico e no ensino superior: no ensino básico, vemos a gramática como a única fonte de conhecimento da língua; uma forma que todos devem lutar para adquirir e dominar para poder ter, também, ascensão social. No ensino superior, no curso de Letras, vemos o estudo de gramática como um complemento ao conhecimento linguístico.

No primeiro contato com o curso, chegamos até a pensar que tudo o que aprendemos de gramática durante toda a nossa vida não nos interessa mais; que podemos apagar todo o nosso conhecimento gramatical e dar lugar a outros conceitos. Porém, esse pensamento não nos trará muitos avanços, pois, além de percebermos a importância dos outros aspectos linguísticos, é imprescindível reconhecermos também a importância do conhecimento gramatical para que não se perca o contato com uma forma mais elaborada da língua, prestigiada e valorizada, motivo de busca constante por uma parcela da população.

Esse tema nos traz também a reflexão sobre a maneira como os educadores repassam tudo o que aprenderam durante sua formação acadêmica para os seus educandos. O que se presencia nas escolas é a reprodução de conceitos milenares de ensino de uma forma padrão aceitável da língua sem muita valorização das condições que precedem a aprendizagem linguística do falante.

4. Reflexões sobre a aula de língua portuguesa

Nesse tópico iremos fazer uma análise (com auxílio de alguns autores que há algum tempo já vêm escrevendo sobre o tema) das aulas de português na EEEFM Antonieta Correa de Menezes e no curso de Letras, na UEPB, com a perspectiva de poder tecer algumas considerações acerca da abordagem dos conteúdos gramaticais nestas aulas, partindo do pressuposto de que é necessário olhar com maior atenção o ensino de língua portuguesa, tendo o cuidado para que este não se torne estritamente gramatical.

Utilizamos, para isso, como metodologia, a pesquisa bibliográfica e a observação em sala de aula, além de conversas com professores de língua portuguesa da Escola Antonieta Correa e respostas por eles fornecidas em um questionário⁴ que visava alcançar respostas sobre a condução das aulas no tocante ao ensino de gramática e a utilização de textos (literatura), bem como a experiência como discente do curso de Letras na Universidade Estadual da Paraíba.

Em questionário aplicado com os professores de português da Escola ACM sobre o papel da gramática no ensino de língua portuguesa, obtivemos como respostas o seguinte:

P1.: atualmente, mesmo com novas tendências no ensino de língua portuguesa, a gramática ainda é vista de forma descontextualizada, ainda é dada muita ênfase a regras, enquanto que a função das palavras no texto é esquecida, deixada para segundo plano.

P2.: Ainda há uma supervalorização da Gramática Normativa em relação as maneiras como os alunos falam. Na escola ainda há um certo preconceito entorno da modalidade oral do falante.

P3.: A gramática em sala de aula acaba por se tornar o ponto essencial das aulas, o que faz os demais aspectos da língua ficar de lado. A questão da modalidade coloquial somente é vista em sala de aula em texto colocados para as aulas de correção.

O que deixa bastante evidente que as aulas de português ainda estão voltadas para a perpetuação de antigos conceitos, de regras de uso da língua padrão e para a correção da modalidade linguística usada pelos falantes nativos, levando-nos a refletir sobre a modalidade de ensino predominante nesse espaço, em que o falante tem sua manifestação linguística contida e sobreposta por outra, que deveria ser a correta, mas que não atende satisfatoriamente as necessidades linguísticas do falante.

⁴ Questionário aplicado com professores de língua portuguesa na EEEFM Antonieta Correa de Menezes sobre o de ensino de gramática e literatura em sala de aula

Ao analisarmos a aula de língua portuguesa no ensino básico e na universidade, levaremos em consideração alguns conceitos sobre os tipos de ensino existentes, com o intuito de descobrir qual desses conceitos predomina em cada uma das modalidades.

Para Travaglia (1997, p. 38–39):

Ao ensinarmos uma língua, podemos realizar três tipos de ensino: o **prescritivo**, o **descritivo** e o **produtivo**.

O ensino **prescritivo** objetiva levar o aluno a substituir seus próprios padrões de atividade linguística considerados errados/inaceitáveis por outros considerados corretos/aceitáveis. (...) O ensino **descritivo** objetiva mostrar como a linguagem funciona e como determinada língua em particular funciona. (...) O ensino **produtivo** objetiva ensinar novas habilidades linguísticas.

Ao analisarmos as aulas das escolas de ensino básico e da universidade, temos a intenção de identificar qual tipo de ensino é predominante em cada modalidade.

Ao observarmos as aulas de língua portuguesa no ensino básico, fica nítida a preocupação que os professores têm em repassar aos alunos conhecimentos gramaticais, pois ainda há uma visão equivocada de que o conhecimento de linguagem que cada um traz não é interessante para a comunidade escolar e deve ser corrigido, de tal forma que o educando alcance, com a maior brevidade possível, o domínio sobre as regras gramaticais, repassadas descontextualizadas e sem nexos com a realidade linguística do falante.

Travaglia (1997, p. 19) nos aponta dois objetivos acerca do ensino de língua materna “que são preocupações frequentes dos professores de Português: a) levar o aluno a dominar a norma culta ou língua padrão; b) ensinar a variedade escrita da língua.”. Esses dois objetivos concorrem para a perpetuação da visão já estabelecida de que a escola deve ensinar Gramática Normativa aos seus alunos, sem levar em consideração as variedades dialetais dos educandos.

No contexto em que se apresenta essa aula, instrutiva e de decoreba de regras, podemos afirmar que, apesar de já ter sido afirmado a importância da modalidade oral da língua em vários momentos históricos da educação, ainda impera sobre o fazer docente, a mentalidade de descrédito dado ao que o aluno já traz consigo de visão de mundo.

Ao indagarmos alguns professores sobre as metodologias adotadas nas aulas de Português, podemos perceber claramente que a Gramática ainda entra como tema principal e acaba definindo todo o planejamento anual dos docentes de língua materna. Percebemos ainda, através dos questionários aplicados e das observações feitas em sala de aula, que os elementos meramente gramaticais, conduzem todo o ensino de língua materna, tornando a

parte de literatura e produção de textos um mero “elemento a mais” nessas aulas, sendo, assim, deixados em segundo plano, na maioria dos casos.

No ensino superior, observamos que as aulas, mesmo as de gramática, estão um pouco menos preocupadas com a questão do “aprender fórmulas e regras” – não queremos dizer com isso que as regras gramaticais sejam abolidas – e mais preocupadas com a utilização dessas “regras” no cotidiano do aluno.

O docente em formação passa a ter conhecimento e a ser despertado para a importância que deve ser dada à contextualização dos elementos da língua, à produção do saber gramatical sem deixar de lado a bagagem que o aluno já traz. A abordagem dos conteúdos gramaticais, agora, passa a ter outro sentido – trazer ao aluno conhecimentos que possam ser utilizados no seu dia-a-dia.

Durante essas análises, pudemos perceber que existe uma grande lacuna entre o ensino básico e o superior com relação à abordagem linguística da gramática, pois no ensino fundamental e médio temos uma modalidade de ensino que poderíamos classificar como predominantemente prescritivo; no qual, a principal preocupação do professor é substituir aquele conhecimento de língua que o aluno traz, que para a comunidade escolar é tido como errado, e fazer com que o aluno aprenda a maneira “certa” de manifestação da língua. Já no ensino superior, temos a modalidade predominante que poderíamos classificar como produtiva, em que os futuros professores são induzidos a construir novas formas de abordagem da gramática da língua em sala de aula.

Considerações finais

Com base na análise das metodologias utilizadas na maneira de abordagem da gramática nas aulas de ensino básico e na universidade, podemos dizer que o ensino de língua portuguesa na educação básica foi, e ainda vem sendo, em algumas escolas, a exemplo da EEEFM Antonieta Correa de Menezes, conforme observado, um ensino de gramática, no qual os educadores estão preocupados apenas com a transmissão de regras de uso de palavras, muitas vezes descontextualizadas (para muitos professores ainda existe a compreensão de que colocar a palavra em uma frase solta é contextualização), com a intenção primeira de corrigir os possíveis “erros de português” cometidos na modalidade oral do aluno sem levar em conta as questões que estão intrínsecas à aquisição da linguagem, uma vez que na faculdade não temos essa preocupação tamanha com a transmissão de regras, mas com a capacidade de produzir do aluno.

Não se concebe mais, nos dias de hoje, aulas meramente gramaticais, em que o aluno não adquire o hábito da leitura, não conhece os tipos e gêneros textuais, não domina a escrita e alguns professores ainda continuam usando métodos que eram utilizados há anos passados. O alunado dos dias atuais está exigindo cada vez mais qualidade no processo educativo, principalmente no que diz respeito a este instrumento vivo que é a língua.

Enfim, fica evidente a necessidade de aproximação entre as teorias (o que é ensinado na universidade) e a prática (o que é realizado em sala de aula).

Referências

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*– São Paulo: Parábola Editora, 2003.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que, como se faz* – 50ª ed. – São Paulo: Loyola, 2008

_____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no pedras no caminho*/ Irandé Antunes – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais* – Brasília: Edições Câmara, 1997.

LARANJEIRA, Maria Inês. *Da arte de aprender ao ofício de ensinar: relato, em reflexão, de uma trajetória*. – Bauru, SP: EDUSC, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que Gramática Estudar na Escola?* 3ª Ed., 1ª Reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus* / 3. Ed. - São Paulo: Cortez, 1997.